

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2021.

Nome do manifestante: Gabriel Góes Barreira

Código de Manifestação: 213.035.363.615

EMENTA: As informações e as peças processuais só ficam disponíveis para consulta após a prolação de decisão monocrática ou colegiada, conforme determina o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011 e os arts. 4º, incisos IX e X, e 16 da Resolução TCE nº 275/13.

Prezado Senhor Gabriel Góes Barreira,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir resumidamente transcrito:

“Com base na Lei 12.527/2018, solicito acesso a todos os documentos do processo 102877- 4/2020. Considerando a resolução STJ 07/2014, caso haja dados pessoais (como CPF, endereço e telefone), esses podem ser tarjados. Convém recordar que informações sobre servidores públicos, entretanto, não são consideradas dados pessoais.”

Submetido o pedido de acesso à informação à Procuradoria e à Presidência deste Tribunal de Contas, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

Em consulta ao SCAP, observo que ainda não foi proferida qualquer decisão monocrática ou colegiada.

Como se sabe, o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011 e os arts. 4º, incisos IX e X, e 16 da Resolução TCE nº 275/13 asseguram a terceiros o acesso às informações contidas nos processos de controle externo somente após a tomada de decisão.

Confira-se:

“Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

[...] § 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

Art. 4º É dever do Tribunal de Contas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso e no âmbito de suas competências, das informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão, devendo constar, no mínimo: [...]

IX – acesso on line ao inteiro teor dos processos em curso, até a última decisão monocrática ou colegiada, exceto se houver motivo para decretação do sigilo da sua íntegra ou de peças específicas;

X – resultados definitivos de inspeções, auditorias e tomadas de contas, após aprovação pelo colegiado;

Art. 16. O fornecimento de documentos relativos à atividade fim do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apenas ocorrerá após análise do Plenário do Tribunal.”

Dessa forma, não se mostra possível, nesta fase processual, o fornecimento de cópia ao solicitante, pois, como acima mencionado, ainda não houve prolação de decisão monocrática ou colegiada.

TCE-RJ

Processo nº 029936-8/2021

Rubrica

Fls. 3

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro